

1PA560

1.5/2010

BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A

CNPJ : 11.777.162/0001-57

SCS QD. 08 BLOCO B 50 824, 826, 828, 830, 832, 834, 836, 838, 840, 842

ASA SUL - BRASILIA - DF

Foto

Autenticação


Registro de Empregados

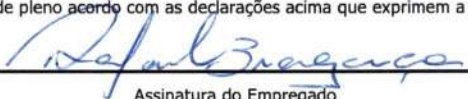
Livro /

Matrícula 002470

Nome do Empregado	: RAFAEL CONTESSOTTO BRAGANCA PINHEIRO	Nacionalidade	: 105 - Brasil
Endereço	: RUA PRESIDENTE KENNEDY QD 27 LT 08 N 130 APT 1503 - ANAPOLIS - ANAPOLIS - GO - 75110-477	Nacionalidade	: 105 - Brasil
Nome do Pai	: LUIS CLAUDIO DA FONSECA BRAGANCA PINHEIRO	Estado Civil	: 1 - Solteiro
Nome do Mãe	: ROSANA GOMES CONTESSOTTO BRAGANCA PINHEIRO	Órgão Expedidor	: SSP
Data Nascimento	: 24/03/1989	Série/UF	: 00287/GO
Nome do Cônjuge	:	Grau de Instrução	: 09 - Educação
Reservista	: 141024 Série M Categ.	Data da Chegada	:
Título Eleitoral	: 058128771082 Zona 001 Seção 0033	Data da Naturalização	:
Data da Opção	: 22/09/2021	Portaria Naturalização	:
RNE	:	Lotação	: 0054
Casado com Brasileiro	:	Data Últ. Reciclagem	:
Cargo	: PROGRAMADOR	Nº da Folha DRT	:
Profissão Regul. DRT	:	Pessoa c/ Deficiência	: Não
Nº de Registro DRT	:	Forma de Pagto	: 5 - Por Mês
Tipo Sanguíneo e Rh	: 9 - Desconhecido		
Data da Admissão	: 22/09/2021		
PIS/PASEP	: 138.43325.31-5 Banco Agência, -DF		
Horário de Trabalho	: ST Q Q S S D Entrada Intervalo Saída Descanso		
	: ■■■■■■ 09:00 12:00 às 13:00 18:00 SÁB/DOM		




BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A
Data do Desligamento :

Estou de pleno acordo com as declarações acima que exprimem a verdade.

Assinatura do Responsável, quando menor

Alteração de Cargo e Salário				Férias		Contribuição Sindical					
Mês	Cargo	Motivo	Valor	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Mês	Sindicato			Valor	
Acidentes no Trabalho ou Doenças Profissionais						Outras Anotações					
SALÁRIO-FAMÍLIA (Filhos menores de 14 anos - Dados extraídos das certidões)											
Nome	Grau de Parentesco	Nascim.	Local de Nascimento		Cartório	Term/Matrícula	Livro	Folha	Dt Entreg	Dt Baixa	Visto Fiscal

Contrato de Trabalho a Título de Experiência

Entre a firma BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A, situada à SCS QD. 08 BLOCO B 50 824, 826, 828, 830, 832, 834, 836, 838, 840, 842, ASA SUL, BRASILIA-DF, doravante designada simplesmente EMPREGADORA e RAFAEL CONTESSOTTO BRAGANCA PINHEIRO, portador da Carteira Profissional número 5285378 Série 00287/GO, a seguir chamado apenas EMPREGADO, é celebrado o presente CONTRATO DE EXPERIÊNCIA, que terá vigência a partir da data de início da prestação de serviços, de acordo com as condições a seguir especificadas :

1 - Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA para exercer as funções de PROGRAMADOR, mediante a remuneração de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), , por mês, pago mensalmente. Com uma jornada semanal de 44,00 horas e mensal de 220 horas. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do EMPREGADO para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

2 - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e a eventual redução da jornada, por determinação da EMPREGADORA, não inovará este ajuste, permanecendo sempre íntegra a obrigação do EMPREGADO de cumprir o horário que lhe for determinado, observando o limite legal. O intervalo intrajornada poderá ser, conforme a necessidade e o interesse das partes, superior a 2 (duas) horas.

3 - Obriga-se também o EMPREGADO a prestar serviços em horas extraordinárias, sempre que for determinado pela EMPREGADORA, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela EMPREGADORA, o EMPREGADO receberá as horas extraordinárias com o acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação, com a consequente redução da jornada de trabalho em outro dia.

4 - Aceita o EMPREGADO, expressamente, a condição de prestar serviços em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite, desde que sem simultaneidade, observadas as prescrições legais reguladoras do assunto, quanto à remuneração.

5 - Fica ajustado nos termos do que dispõe o § 1º do Artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, que o EMPREGADO acatará ordem emanada da EMPREGADORA para a prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer essa transferência seja transitória, quer seja definitiva.

6 - No ato da assinatura deste contrato, o EMPREGADO recebe o Regulamento Interno da Empresa cujas cláusulas fazem parte do Contrato de Trabalho, e a Violação de qualquer delas implicará em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão do contrato.

7 - Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no § 1º do Artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em Contrato.



8 - O presente Contrato, vigorará durante 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, sendo celebrado para as partes verificarem reciprocamente, a conveniência ou não de se vincularem em caráter definitivo a um Contrato de Trabalho. A empresa passando a conhecer as aptidões do EMPREGADO e suas qualidades pessoais e morais; o EMPREGADO verificando se o ambiente e os métodos de trabalho atendem à sua conveniência.

9 - Na hipótese deste ajuste transformar-se em Contrato de Prazo Indeterminado, pelo decurso do tempo, continuarão em plena vigência as cláusulas de 1 (um) a 6 (seis), enquanto durarem as relações do EMPREGADO com a EMPREGADORA.

10 - O EMPREGADO autoriza, expressamente, a EMPREGADORA, quando for o caso e nos valores vigentes à respectiva época, proceder descontos em seu pagamento, inclusive no recibo de rescisão do Contrato de Trabalho, referentes às refeições, moradia (residência ou alojamento), transporte, remédios, seguro de vida em grupo e apólice individual. Da mesma forma, o EMPREGADO autoriza a EMPREGADORA a descontar o valor correspondente aos materiais, inclusive os de segurança, equipamentos individuais de proteção, móveis e utensílios de qualquer espécie, quando não devolvidos ou danificados por culpa ou dolo do EMPREGADO, sem prejuízo, ainda da ocorrência de justo motivo para a rescisão do Contrato de Trabalho.

11 - O EMPREGADO, na hipótese de pagamento salarial mediante depósito bancário, autoriza a EMPREGADORA a providenciar o crédito de seu salário líquido em conta corrente, valendo o comprovante de depósito e/ou ordem de pagamento como recibo, para fins de quitação.

12 - Aplicam-se ao presente Contrato de Trabalho, naquilo que for omissivo, as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes ao Contrato Individual de Trabalho.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Experiência em 2 vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda com o EMPREGADO, que dela dará o competente recibo.

BRASILIA-DF, 22 de Setembro de 2021



BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A
Empregadora

RAFAEL CONTESSOTTO BRAGANCA PINHEIRO
Empregado

Responsável legal (quando menor)

Testemunha

Testemunha

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A Basis Tecnologia da Informação S.A., sediada em ST SCS QUADRA 8 BLOCO B - Lotes, 50/60 - Venâncio shopping-SALAS 824 a 842 (pares) - Asa Sul, Brasília, DF, CNPJ n.º 11.777.162/0001-57, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, o(a) **Rafael Contessoto Bragança Pinheiro** CPF: **528.537.802-87** e RG **363457963 SSP/SP** nos quais o FUNCIONÁRIO poderá ter acesso a informações sigilosas dos clientes da CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação de cada cliente da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao contrato de trabalho em vigor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

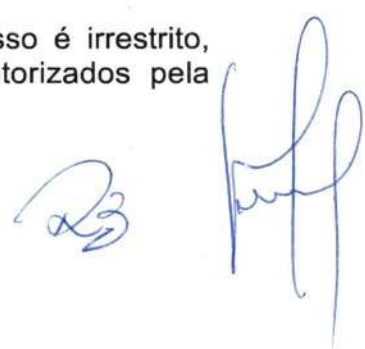
Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pelo FUNCIONÁRIO, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do contrato de trabalho celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE ou seus clientes.



Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre a CONTRANTE e seus clientes, aos quais este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas /comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, o FUNCIONÁRIO venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado.

Parágrafo Primeiro – Compromete-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, ou fazer uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – O FUNCIONÁRIO se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O FUNCIONÁRIO obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE e seus clientes, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – O funcionário, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus terceiros;

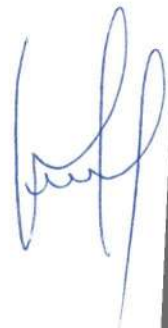
III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que o FUNCIONÁRIO teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do contrato de trabalho. Neste caso, o FUNCIONÁRIO, estará sujeito, por ação ou omissão, ao pagamento



ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do contrato de trabalho.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, o FUNCIONÁRIO manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades do FUNCIONÁRIO (e-mail, Skype, arquivos, computadores, rede, etc.);

II – O FUNCIONÁRIO deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente, todas as informações requeridas pelo CONTRATANTE.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para o FUNCIONÁRIO não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para o FUNCIONÁRIO, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;




VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de Brasília/DF para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília-DF, 22 de Setembro de 2021.



Basis Tecnologia da Informação S.A.

CNPJ: 11.777.162/0001-57



Rafael Contessoto Bragança Pinheiro

CPF: 528.537.802-87


NORMA INTERNA No. 01/18

ASSUNTO: CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO

Fica estabelecido que:

1. O empregado somente poderá trabalhar em horário extraordinário em caráter eventual e por absoluta necessidade, seja para fazer face a motivo de força maior ou para atender à realização/conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto a empresa.
2. A execução de horas extras depende de aprovação prévia e autorização de pagamento posterior, com confirmação da execução dos trabalhos, do gestor da área onde se encontra locado o empregado
3. O requerimento de realização de hora extra antes do início/fim da jornada normal deverá conter justificativa da necessidade de realização das tarefas objetos da excepcionalidade, bem como o prazo estimado da duração do trabalho em regime de sobre jornada, sendo assinado pelo empregado, no início/fim das atividades pelo gestor.
4. A marcação do ponto deverá ocorrer sempre dentro dos horários estabelecidos para a jornada de trabalho. Sendo que, o registro de jornada extra somente com prévia autorização do superior imediato.
5. O descumprimento das normas previstas nos itens 1 – 2 – 3 – 4 acarretará aplicação de medidas disciplinares previstas na legislação trabalhista.
6. As horas extraordinárias acumuladas serão contabilizadas em banco de horas para posterior compensação e/ou pagamento, nos termos da CCT vigente.
7. As horas negativas, relativas a faltas injustificadas e/ou atrasos, apuradas mensalmente, serão lançadas e descontadas em folha de pagamento.
8. Eu **Rafael Contessoto Bragança Pinheiro**, declaro estar ciente do conteúdo da presente norma, comprometendo-me com seu fiel cumprimento nos termos da lei.


Antonio Miguel Negrelli
Diretor

Ciente: 20 / 10 / 2021
Assinatura: 

CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIO

Eu, RAFAEL COM LESSOTTO BRAGA RIBEIRO declaro que, nesta data, recebi meu crachá de identificação de funcionário e tenho conhecimento das seguintes normas de utilização:

1. O crachá de identificação de funcionário é de uso estrito pessoal e intransferível;
2. O crachá deve ser usado de modo visível ao público, com a identificação para frente, a altura do peito, durante todo o tempo de permanência no local de trabalho;
3. O uso indevido ou a sua não utilização implicará na aplicação das sanções disciplinares cabíveis;
4. Em caso de desligamento o funcionário deverá devolver o crachá ao seu gerente imediato;
5. A perda do crachá de identificação de funcionário deverá ser comunicada imediatamente a gerência imediata, sendo a emissão de 2ª via cobrada do funcionário ao custo de R\$ 12,00.

Brasília 20 de outubro de 2021

Rafael Braga Ribeiro

Assinatura

